(quinze por cento) sobre o valor da condenação. Conhecimento e provimento do recurso. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

068. APELAÇÃO 0011376-37.2017.8.19.0210 Assunto: Transporte Ferroviário / Transporte Terrestre / Contratos de Consumo / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: LEOPOLDINA REGIONAL 3 VARA CÍVEL Ação: 0011376-37.2017.8.19.0210 Protocolo: 3204/2018.00548161 - APELANTE: NAIR DA SILVA MACHADO ADVOGADO: GERSON PINTO MUNERON OAB/RJ-054032 ADVOGADO: EDILSON ALVES MACHADO OAB/RJ-135830 APELADO: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S A ADVOGADO: CARLOS MARTINS DE OLIVEIRA OAB/RJ-019608 ADVOGADO: MARIANA DE ANDRADE REGINATTO OAB/RJ-183434 **Relator: DES. OTAVIO RODRIGUES** Ementa: Ação Indenizatória. Queda do finado marido da autora ao desembarcar da composição da ré, tendo sua perna presa entre o vagão e a plataforma, ocasionando fratura do fêmur. Pedido de indenização por danos morais e materiais. Sentença que julgou improcedentes os pedidos. Recurso de Apelação Cível. M A N U T E N Ç Ã O, já que nenhuma culpa pode ser imputada à parte apelada, pois, pela análise da mídia digital, prova requerida por ambas as partes, chega-se a uma conclusão de que a queda e o falecimento do marido da apelante não se deram por falha na prestação do serviço da ré. Na forma do art. 373, inciso I, do NCPC, caberia à autora demonstrar o fato constitutivo do seu direito. Logo, à míngua de outras provas, a sentença de improcedência foi bem lançada. D E S P R O V I M E N T O D O R E C U R S O. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. PRESENTE O DR. GERSON PINTO MUNERON.

069. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0054249-66.2018.8.19.0000 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outras / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: BARRA DA TIJUCA REGIONAL 7 VARA CÍVEL Ação: 0003978-08.2018.8.19.0209 Protocolo: 3204/2018.00555939 - AGTE: ESPÓLIO DE LUZIA CRISTINA VENTURA GIFFONI REP/P/S/INV RENATO EDUARDO VENTURA FREITAS ADVOGADO: RENATO EDUARDO VENTURA FREITAS OAB/RJ-101484 AGDO: LUSANOVA DO BRASIL OPERADORA DE TURISMO LTDA **Relator: DES. OTAVIO RODRIGUES** Ementa: Agravo de Instrumento. Ação Indenizatória. Decisão que indeferiu pedido de gratuidade de justiça ao Espólio agravante. Recurso interposto, visando a concessão do benefício. M A N U T E N Ç Ã O, já que a parte agravante não cumpriu a determinação do Juízo a quo de juntada das últimas declarações de rendimento do espólio, com os respectivos recibos de entrega à Secretaria da Receita Federal. Neste recurso, não trouxe prova capaz de demonstrar a hipossuficiência para obtenção desse pleito, sendo certo que a simples presença de um menor como herdeiro do espólio não garante a concessão do benefício pleiteado. D E S P R O V I M E N T O D O R E C U R S O. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. PRESENTE O DR. RENATO EDUARDO VENTURA FREITAS.

070. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0055634-49.2018.8.19.0000 Assunto: Água e/ou Esgoto / Concessão / Permissão / Autorização / Serviços / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: PORCIUNCULA VARA UNICA Ação: 0001381-91.2009.8.19.0044 Protocolo: 3204/2018.00568952 - AGTE: COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS CEDAE ADVOGADO: JAYME SOARES DA ROCHA FILHO OAB/RJ-081852 AGDO: JOÃO BATISTA BLÁZZIO ADVOGADO: JULIANA LEITE CITELI DOS REIS OAB/RJ-115950 **Relator: DES. OTAVIO RODRIGUES** Ementa: Agravo de Instrumento. Impugnação à execução da multa obrigacional em Ação Indenizatória, alegando a concessionária excesso de execução e inexigibilidade do título. Rejeição e determinação de prosseguimento da execução. M A N U T E N Ç Ã O, pois a agravante ficou ciente de todos os atos processuais e, também, para dar cumprimento à obrigação de fazer, estando correta a decisão agravada que rejeitou a Impugnação por ausência de excesso de execução e determinou o prosseguimento da mesma. Descabimento do pedido de redução da multa. D E S P R O V I M E N T O D O R E C U R S O. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

071. APELAÇÃO 0073009-65.2015.8.19.0001 Assunto: Pagamento em Consignação / Adimplemento e Extinção / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 41 VARA CÍVEL Ação: 0073009-65.2015.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00575288 - APELANTE: INFOCRERJ COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS PROFISSIONAIS DE INFORMATICA DO RIO DE JANEIRO ADVOGADO: FELIPPE ALVAREZ DE SÁ OAB/RJ-125449 APELANTE: M TRAVASSOS ADVOGADOS ASSOCIADOS ADVOGADO: MARCELO JORGE CALDERARO DA SILVA TRAVASSOS OAB/RJ-078944 APELADO: OS MESMOS **Relator: DES. OTAVIO RODRIGUES** Ementa: Ação de Consignação em Pagamento. Sentença que julgou procedente em parte o pedido, para declarar a autora devedora da parte ré em R\$ 5.919,45. Recursos de Apelação Cível. M A N U T E N Ç Ã O. A sentença foi lançada com base no que foi avençado pelas partes no contrato de locação de serviços de advocacia, não carecendo de reforma, pois é o que impõe o pacto ao tratar sobre valor devido em razão da rescisão antecipada do contrato, conforme cláusula 05 (fl. 86). As demais penalidades pretendidas pela M. Travassos não restaram consignadas no contrato. Deve ser mantida também a sentença de extinção nos termos do art. 924, inciso II, do CPC proferida na ação de execução de título extrajudicial em apenso, considerando-se que a questão acerca do valor devido pela Infocrerj ante a rescisão antecipada do contrato firmado foi devidamente solucionada na sentença prolatada nos autos da consignatória. Sucumbência bem fixada. D E S P R O V I M E N T O D O R E C U R S O. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AOS RECURSOS, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. PRESENTE O DR. MARCELO JORGE CALDERARO DA SILVA TRAVASSOS.

072. APELAÇÃO 0019297-31.2018.8.19.0204 Assunto: Revisão de Aluguel / Locação de Imóvel / Espécies de Contratos / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: BANGU REGIONAL 4 VARA CÍVEL Ação: 0019297-31.2018.8.19.0204 Protocolo: 3204/2018.00578665 - APELANTE: THIAGO OLIVEIRA VIEIRA ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/TJ-000002 APELADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DO RIO DE JANEIRO ADVOGADO: MAURO ABDON GABRIEL OAB/RJ-082725 **Relator: DES. OTAVIO RODRIGUES** Funciona: Defensoria Pública Ementa: Apelação Cível. Ação Revisional de Contrato de Locação de imóvel residencial. Pedido de ajuste no valor do aluguel. Sentença julgando improcedente o pedido. Recurso de Apelação Cível. M A N U T E N Ç Ã O, pois as partes firmaram contrato de locação residencial por prazo determinado, 36 meses, ficando ajustada a vigência do contrato originário até o dia 30/09/2017 (fls. 24/26). A partir daí, prorrogou-se o contrato e o mesmo passou a vigorar por prazo indeterminado na forma do artigo 46 da Lei nº 8.245/91. Ocorre que em janeiro de 2018 houve a novação da obrigação locatícia, sendo assinado um novo contrato e estipulado um novo valor de aluguel mensal de R\$ 800,00, devidamente assinado pelos contratantes e com firma reconhecida (fls. 21/23). Diante da assinatura de um novo contrato, não pode agora o autor querer rever cláusulas do contrato anterior já extinto. D E S P R O V I M E N T O D O R E C U R S O. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

073. APELAÇÃO 0422609-16.2014.8.19.0001 Assunto: Cobrança de Tributo / Dívida Ativa / DIREITO TRIBUTÁRIO Origem: CAPITAL CARTORIO ELETRONICO DA 12 VARA FAZ PUBLICA Ação: 0422609-16.2014.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00578231 - APELANTE: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO PROC.MUNIC.: KARINA GOMES ALVES FERNANDES DE ARAUJO APELADO: ARCHIMINO